

“MUNDANIDADE” E QUOTIDIANO

NA CULTURA PORTUGUESA DE SETECENTOS:

*Escritas codificadas de comportamento social**

109

MARIA ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA
(Univ. Aberta)

O propósito da nossa comunicação centra-se na caracterização sucinta de modelos comportamentais e das suas respectivas representações que caracterizaram e se traduziram em situações específicas da vida quotidiana no Portugal de Setecentos. Saber que relações se podem encontrar entre a caracterização desses modelos socio-culturais e a sua representação na sociedade portuguesa da época, opondo e cotejando a escrita normativa com a literatura de cariz mundano, perspectivando deste modo as relações e as significações entre o discurso escrito e o terreno mais vasto da cultura portuguesa.

Ao longo do século XVIII a sociedade portuguesa foi atravessada por alguns denominadores que vão desde a definição e caracterização de papéis sociais, codificados em princípios e normas comportamentais até às mais diversas manifestações da vida social e política expressas na emergência de novas formas de sociabilidade.

Encontramo-nos, deste modo, perante um universo de trabalho abrangente – a reconstrução de um horizonte social e cultural – que tem despertado nos últimos anos grande interesse a historiadores da cultura, da literatura, da história da Arte¹, sociólogos, antropólogos, etc., tendo como consequência a produção de importantes trabalhos de referência sobre estudos de género e do quotidiano ao longo do Antigo Regime².

* Este texto inclui pontos de vista já anteriormente tratados e defendidos em: (...) *Elementos de civilidade e decência que se pratica entre gente de bem (...): Espaços, gestos e sociabilidade na cultura portuguesa de Setecentos*, Separata da *Revista de Genealogia & Heráldica*, n.º 9/10, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

¹ As exigências de uma nova historiografia reconhecem um imperativo entendimento da trama de relações existentes entre os universos da história social, das mentalidades, da história cultural e as suas articulações com as manifestações artísticas. Territórios tangentes e confluentes que vão sendo cruzados, procurando compreender as *práticas* que constroem o mundo como representação. Veja-se Roger Chartier, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.

² Citem-se trabalhos de investigação da história do quotidiano do século XVIII português: Nuno Luís Madureira, *Cidade: Espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; Maria Alexandre Lousada, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa*, Lisboa, 1995; entre outros.

A codificação do comportamento: conceitos de cortesia, etiqueta e civilidade

Uma primeira questão que se levanta neste campo de trabalho é a tentativa de definição de determinados conceitos históricos que cruzam esta época, tais como: cortesia, etiqueta e civilidade, usados de formas bastante flexível em quase toda a literatura comportamental, e, como tal, termos que se prendem à constante teorização de posturas sociais, implicando quase sempre modificações na vida das próprias pessoas, sendo especialmente o último – o conceito de civilidade –, destinado a ocupar um lugar social central e a corresponder a um *tempo longo*.

A própria ordem em que se encontram – **cortesia, etiqueta e civilidade** – traduz uma evolução natural, pontuando três fases de uma evolução social, indicando os destinatários, ou melhor, o tipo de sociedade a partir da qual e para a qual se está em cada caso a especificar.

No decorrer do século XVIII, estes conceitos surgem já cristalizados, sendo permitido falar de determinados padrões ou *comportamentos-tipo*.

A palavra *etiqueta*³, à qual corresponde uma série de regras comportamentais escritas e transmitidas oralmente – de que determinado grupo social se apropria – mantém a sua utilização de forma sistemática ao longo XVIII. Assim a entendem Diderot e D'Alembert: «... cérémonial écrit ou traditionnel, qui regle les devoirs extérieurs à l'égard des rangs, des places & des dignités»⁴ e num contexto mais ligado à cerimonialidade Rafael Bluteau define-a como «...Cerimonial da Corte na graduação, honras, serviços das pessoas que a compõem, no cerimoniar de actos públicos, como recebimentos de Príncipes estrangeiros, Embaixadores, etc.»⁵.

Cortesia e civilidade, frequentemente coexistentes, oscilam no seu uso, aparecendo outros conceitos derivados e aparentados destes, tais como, “polícia”, “urbanidade”, “honestidade”, ou até mesmo o recorrente galicismo “*savoir-vivre*” como expressão síntese – a que correspondem novos ideais sociais. Estas duas palavras coexistem lado a lado durante o longo período moderno⁶.

³ Ao contexto do estudo sobre etiqueta está ligado a cerimonialidade no Antigo Regime. Uma das linhas de análise que tem sido privilegiada é a leitura das cerimónias régias como meio para perceber o poder dos monarcas, assim como nos uma fornece interessante chave para a interpretação de alguns dos aspectos mais fascinantes da cultura cortesã deste período. Tem-se escrito sobre entradas régias nas cidades, sobre os gestos rituais do quotidiano régio, como o levantar, o deitar, a refeição, a missa, as cerimónias do coroamento, exéquias fúnebres, etc. Em Portugal, estas questões têm merecido a atenção de alguns historiadores da cultura. Vejam-se trabalhos de: Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.]; Ana Cristina B. Araújo, «Morte e piedade barroca», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 11, 1989, pp. 129-173; Pedro Cardim, «O subtexto. A dimensão simbólica da solenidade cortesã no Portugal do século XVII», in *Struggle for Synthesis. A obra de Arte Total nos séculos XVII e XVIII*. Simpósio Internacional (Actas), Lisboa, 1999, pp. 331-368; Diogo Ramada Curto, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», in *A Memória da Nação*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1992, pp. 201-205; Rui Bebião, *D. João V: Poder e espectáculo*, Aveiro, Livr. Estante, 1987; José Pedro Paiva, «O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses», in *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, 1993, pp. 117-146.

⁴ Cf. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences des Arts et des Métiers par une société de gens de Lettres (...)*, 1777, t. 13, p. 217.

⁵ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa composto por Rafael Bluteau*, tomo primeiro, 1779.

⁶ Foram vários os autores portugueses que versaram o tema da cortesia e do cortesão. Francisco Rodrigues Lobo na conhecida obra *Corte na Aldeia*, enumera alguns exercícios que fazem o cortesão, tais como o trato e a comunicação entre as pessoas, incluindo o príncipe, o decoro e a veneração com que se servem as damas, entre outras. António Vaz de Castello Branco, (Author Genealógico I. App LXXXV, num. 173 in *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1955) redige um curioso documento (B.N. Res. – cód. 8611) sobre os *Preceitos do Cortezão*: «(...)Alguns cuidarão que ser cortez era ser cortezão, confundindo com a semelhança dos nomes, a diferença das essências (...) qualquer sabe ser cortez, mas nem todos sabemos ser cortezãos. A cortezia adquirese com a doutrina, mas a cortesia não se consegue sem bom entendimento». O autor definia a corte como um mar arriscado onde navegavam a opinião e a vida, devendo o cortesão cultivar três virtudes – verdade, primor e segredo –, cuidar três circunstâncias – cortesia, conversação e gala – e evitar três vícios – sensualidade, jogo e facilidade.

É especificamente o conceito de civilidade⁷ aquele que mais nos interessa no nosso trabalho. O termo *civilidade* encontramos-lo aplicado a toda uma série de vocábulos, de sintagmas ou de circunstâncias e usos mundanos, a todas as atitudes, a todos os comportamentos, em suma, a todos os pressupostos que caracterizam "ser civilizado", em confronto/por oposição com "ser rude, grosseiro, bárbaro ou selvagem".

No contexto setecentista, a civilidade oscila entre dois pólos: o de um comportamento puramente exterior e social e o de um refinamento moral e afectivo. Esta palavra implicou uma certa receptividade, uma capacidade de linguagem que passou evidentemente por um processo de aprendizagem, onde foi fundamental o papel dos textos e das referências. A extraordinária riqueza dos tratados de civilidade, a que só recentemente a historiografia vem prestando a devida atenção, forneceu ensinamentos e revelou uma espécie de equilíbrio entre a permanência de um ideal ético-social e a mudança dos modos, das modalidades e formas de sociabilidade através dos tempos. Conotada com uma "*arte de viver*" em sociedade, a civilidade foi considerada um domínio do conhecimento tão importante como a Leitura, a História ou a Geografia.

O corpus documental: textos normativos e literatura mundana

Onde encontrar então o registo desta codificação de saberes práticos essenciais à vida humana nas suas formas mais elaboradas? Qual a categoria de textos onde a escrita pretende influir sobre os saberes práticos, tais como gestos, hábitos e comportamentos? Onde aprender a controlar impulsos, codificando gestos e palavras em signos de troca recíproca?

A resposta a estas questões encontra-se num vastíssimo *corpus* de textos, que por vezes ambíguo e diversificado na sua arrumação, procurou fixar através do discurso legitimador, normativo por um lado e da crítica corrosiva por outro, as práticas específicas da sociedade/civilidade.

O século XVIII deixou-nos um riquíssimo repositório de elementos escritos que nos falam das pessoas e dos seus usos, sendo frequentemente difícil estabelecer a fronteira entre a literatura normativa e outro tipo de discurso.

À partida definimos no nosso universo de trabalho três grandes grupos ou tipologias de textos, definidos de acordo com os seus destinatários (embora seja esta ainda uma questão em aberto – a da uma grande mobilidade de públicos ou receptores⁸), e com a sua própria mensagem e conteúdo.

No primeiro grupo, surge a literatura e tratadística de civilidade, onde cabem os manuais de civilidade editados em Portugal no século XVIII, que são regra geral traduções livres ou adaptações de manuais franceses, ou cópias mais ou menos actualizadas de anteriores manuais portugueses, eles próprios também já obras traduzidas.

Constituindo um êxito editorial, a sua principal dimensão foi o de se tornarem compêndios para uso diário, podendo simultaneamente ser objecto de usos regulamentados e instrumentos de aquisição de manejos mais individualizados.

No segundo grupo, os tratados acentuadamente pedagógicos que incidem na vertente da educação moral e civil das crianças. Eram na sua maior parte pequenos

⁷-(...) A sociedade que faz a vida muito agradável, requer que nos sujeitemos a algumas considerações para podermos gozar das suas delícias e atractivos. O ponto essencial nesta pequena obra é individualizar e explicar estes preceitos à mocidade com huma suficiente clareza, para que ela possa tirar daqui as primeiras luzes daquela civilidade, que nos faz amáveis, que infunde a benevolência no nosso affecto, e que enobrece a nossa alma (...), in Abade Prévot, *Arte de Agradar na Conversação* (trad. do francês por José Vicente Rodrigues). Porto, 1783, p. 10.

⁸ Para além da grande diversidade temática, o século XVIII coloca com clareza a dificuldade de se identificar no caso do cordel como a literatura produzida e consumida pelos sectores ditos populares.

livros de bolso que se dirigiam no seu prólogo ao leitor, mantendo uma relação personalizada com este. Muitos são os exemplos de edições onde aparecem dedicatórias, como é o caso da conhecida obra *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre que para seu uso fazia*, de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença⁹:

«(...) Ao Excellentissimo Senhor Marquez de Alegrete...
Excellentissimo Senhor.

MEU Senhor: Ninguém melhor que Vossa Excellencia conhece a importância da boa educação, e os efeitos dos habitos virtuosos adquiridos na infância, de que não he necessario mais exemplo, que os da Casa de Vossa Excellencia, em cujos seis frondosos ramos as virtudes, que todos admiraõ, saõ frutos, que produzio a mais acertada educação, que venerey, tendo a honra de assistir no Palacio de Vossa Excellencia, onde aprendi quanto escrevo nestes Apontamentos, que a Vossa Excellencia dedico, como devido tributo.

Lisboa Occidental. 20 de Setembro de 1733 (...)»¹⁰.

Também, no caso de traduções e adaptações de obras, as ofertas são expressas: *Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos de ambos os sexos traduzidos do francês em linguagem portuguesa e offerecido ao Exm^a Senbor Manoel Maria da Piedade. Primogénito do Exm^a Senbor José de Seabra da Silva e a Senhora D. Anna Coutinho Pereira de Sousa Freire pelo bacharel Luís Carlos Moniz Barreto*, Lisboa, 1787¹¹. Outro exemplo é a tradução da obra de Bellegarde *Modelo de Conservações para Pessoas Polidas e Curiosas pelo Abade de Bellegarde em língua Franceza (...) Dedicada ao ilustríssimo senhor D. Joam de Mello do Conselho de Sua Majestade e Conego Presbytero de Santa Basílica Patriarcal*, 1734 (...)»¹².

Esta questão passa, concretamente, por um processo de comunicação, pressupondo uma mensagem que é simultaneamente dirigida a um todo (público- leitor) ou a alguém em especial (referencial-modelo).

Todo o texto devia ser decorado, o leitor – qualquer que fosse a sua idade – teria forçosamente de fixar as suas máximas: «(...) como em outros tantos Dicionários para que o menino as decore e dê razão de tudo o que se lhe perguntar(...)»¹³; espécie de catecismo, que seguia um método sintético e compendiário, assumindo muitas vezes a forma dialógica¹⁴. São volumes que condensam saberes elementares em fórmulas mnemónicas concisas e simples para uma conduta eficaz na sociedade.

⁹ Cf. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre que para seu uso particular fazia (...)*, Lisboa, José António da Silva. 1734. Esta fonte, foi objecto de tese de doutoramento, onde o autor apresenta a edição crítica. Cf. Joaquim Ferreira Gomes. *Martinho de Mendonça e a sua Obra Pedagógica*, Ed. crítica dos Apontamentos para educação de hum menino nobre. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1964.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 5 e 6 (sem páginas).

¹¹ O autor desta obra está expresso em iniciais L.C.M., edição da Academia Real das Ciências, 1787.

¹² Cf. *L'Education parfaite contenant les manieres bienséantes aux jeunes gens de qualité & des maximes, & des reflexions propres a acencer leur fortune par Monsieur L'Abbé de Bellegarde*, Amesterdam, 1710.

¹³ Cf. *Escola de Política ou tratado pratico da civilidade Portugueza por D. João de N. Sr^a Porta Siqueira*, Lisboa, 1791, p. 7.

¹⁴ Para além da forma tratadística do discurso, alguns manuais assumem formas de diálogo. O século XVIII adopta a técnica do diálogo, tornando-se um discurso típico de sociedade em debate permanente. Estamos perante uma teoria do diálogo, que muitos manuais de civilidade nos oferecem, precisando no fundo a maneira de conduzir uma discussão. Cf. Jeanne Maria Leprince Beaumont, *Tesouro de Meninas ou diálogos entre uma sábia aia e as suas discípulas (...)*, Lisboa, 1785, e Bento Morganti, *Tardes de Mayo ou tardes de passeio, passadas em conversação erudita para servir à mocidade portugueza e de introdução a geografia reduzidas em forma de diálogo*, Coimbra, Off. de Joseph da Costa, 1758.

Por último, o grupo mais abrangente, por todos conhecido como literatura de cordel, designação que lhe veio da tradição portuguesa de cegos e papelistas exporem à curiosidade do público folhetos avulsos vendidos na rua pendurados em cordéis¹⁵. O conteúdo e a qualidade dos textos de Cordel está naturalmente relacionado com os seus autores e impressores, que se encontram nos segmentos alfabetizados da população, oriundos das ocupações mais diversas: médicos, professores, militares, padres, funcionários públicos. Porém torna-se muitas vezes difícil estabelecer esse relacionamento numa produção que foi basicamente anónima.

A sátira atravessa todas estas obras de fácil acesso e preço acessível¹⁶. É sobretudo conseguida por um peso excessivo na identificação de práticas vestimentares ridículas, gestos afectados das personagens e ostentação de uma riqueza virtual¹⁷.

Encontramo-nos diante de textos onde emerge poderosamente um ambiente satírico que inclui abundantes referências ao quotidiano, e daí a importância da sua dimensão social e cultural.

O discurso da vida privada: análise de *situações-tipo*

Perante um painel tão diversificado¹⁸, reunimos textos que apelassem essencialmente às interações sociais, projectando-se exteriormente em fenómenos como o "consumo", a hierarquia das aparências e as dinâmicas de uma cultura material.

Em ambos os tipos de textos reconstituem-se os principais aspectos que se relacionam com sugestões de padrões de comportamento, ou seja prescrições respeitantes a posturas a adoptar em função de situações, de acontecimentos e de confronto entre pessoas.

Compulsando alguns dos títulos¹⁹ destas obras, propusemo-nos inventariar diferentes situações da vida quotidiana, frequentemente usados como mecanismos e estratégias de distinção da sociedade. Partindo de um universo de textos restrito, procurámos analisar a sua situação doméstica e social, interpretar a razão de ser de certas imagens estereotipadas, buscar pistas com certas atitudes transgressoras, confrontar a ficção com a realidade social da época.

É em redor do universo doméstico – a CASA, pensada como espaço de representação social – que se cruzam e enunciam modelos referenciais; percepções da sociedade na sua dimensão exterior envolvidas em condutas sobre os outros. Neste contexto são vários os exemplos: a visita, envolvendo quase sempre situações "encena-

¹⁵ A esta tradição refere-se Nicolau Tolentino na sátira "O Bilhar", em três versos que, por essa razão, se tornaram famosos: "E todos os famosos Entremezes / Que o Arsenal ao vago caminhante / Se vendem a cavalo como barbante...".

¹⁶ Outras características marcavam esta produção literária: o pequeno formato, os caderninhos, na sua maioria de dezasseis páginas, um mau papel, uma má impressão, uma deficiente tintagem e uma grosseira edição. Veja-se Maria José Moutinho Santos, *O Folheto de Cordel: Mulher, família e sociedade no Portugal do século XVIII (1750-1800)*, Porto, 1987. Para um estudo comparativo com a literatura de cordel brasileira, cite-se Márcia Abreu, *História de Cordéis e Folhetos*, Campinas, Mercado das Letras, 1999.

¹⁷ *Janotas, peraltas, sécias, franças e casquilhos* são apontados pela suas vaidades mundanas.

¹⁸ A variedade de temas apresentados foi uma das características da literatura de cordel: são as Folinhas de Reza, os Estremezes, as Comédias, as Vidas de Santos, as Éclogas, as Sátiras, os Avisos e Conselhos, as Lendas Religiosas, as Narrativas Cavalheirescas, os Sermões, os Autos, as Relações sobre o Terramoto, sobre as Festas de Touros, os Casos Prodigiosos, as Relações de Naufrágios, as Notícias Militares, etc.

¹⁹ A análise dos títulos levar-nos-á a verificar a insistência em determinadas temáticas sujeitas a múltiplos interesses dos autores dos folhetos: castigo ou repressão, das modas e dos elegantes que seguem incondicionalmente os conflitos conjugais, as advertências, os queixomes, a descrição de lugares onde o peralta emerge (casas de pasto, de dança, os teatros, as assembleias, as feiras), episódios jocosos envolvendo cenas rocambolescas, a crítica à falsa devoção, as pregações, a sátira aos vícios inerentes aos peraltas da época.

das”, tais como elementos de cortesia (*Das Visitas e do Modo de Fazer Visitas*) e indicações sobre o próprio espaço de recepção. João Rosado de Vasconcellos redige no seu tratado *O Perfeito Pedagogo (...)* a forma como se deve receber as pessoas de “qualidade” (distintas e de cerimónia).

A visita faz também parte do enredo na literatura de cordel. Recorre-se com frequência “às visitas”, que envolvem as “*mesuras*” e “*cortesias*”²⁰.

Este hábito de receber abre paulatinamente o espaço doméstico à convivência, à sociabilidade. Tornou-se moda receber em casa, organizar pequenas reuniões ou festas. Nessas funções, assembleias ou partidas caseiras tomava-se o inevitável chá, recitavam-se poesias, tocava-se uma ária de ópera, jogava-se às cartas e, obviamente, conversava-se²¹. A literatura da época reflecte abundantemente a insistência nesta prática e insiste na sua novidade.

A participação nestes “ajuntamentos” mundanos, como testemunha um texto de 1789 conhecido como *Cartas sobre Modas*²², prendem-se com a necessidade de representação social. São um instrumento civilizador, ocorrendo como um local privilegiado à ostentação da cortesia e a sua frequência regular é apontada como um procedimento comum entre as pessoas:

“... Se Vossa Senhoria quizesse dizer-lhe alguma cousa, logo ella sem lhe dar ouvidos, sem o deixar falar, lhe havia dizer com voz altiva, que era necessario fazer huma assembleia com musica para convidar as pessoas do seu conhecimento, por ser isto o que se pratica entre as pessoas, que se sabem estimar, e que vivem à Moda...”²³.

A assembleia define-se também deste modo como um espaço de aprendizagem de civildade tendo a corte como modelo e permitindo uma aplicação dos ensinamentos:

“(...) O Cavalheiro, ou menino nobre que houver de entrar em qualquer assembleia (o que nunca fará sem ser convidado, e sem ter a certeza do que o querem os Senhores da casa) deve ir vestido sério, isto he, com vestido que não seja affectado as modas, ou aperaltado (...)”²⁴.

²⁰ Os excessos de urbanidade e polidez desembocam por vezes em deliciosos momentos do cómico de situação. O exagero do requinte nos rituais vários do cumprimento também eles codificados pelos usos e costumes nacionais e estrangeiros dá lugar a situações embaraçosas. Recorde-se um episódio em *Loucura de Modas*, de 1783: “... Pegando no braço a Fabricio, elle recusa fazendo-lhe cortesias e metendo-se-lhe a bengala por entre as pernas, vai a cair, pega-se a Adrião e cahem ambos no chão.... Que história de cerimónia he esta? – Eu nunca tal vi; ora espere V. M. espere Senhor (cahe). Ai quebrei as costas, ai, ai, ai, leve o diabo tanta cortezia. Ai, ai, ai, que este passo foi sem mão. Que diabo de civildade he a do senhor Adrião. A minha civildade he a do Sr. Adrião. A minha civildade é Portuguesa.... Pois a minha he franceza...”, *op. cit.*, p. 18.

²¹ É curioso registar que em grande parte dos manuais de civildade editados em Portugal no séc. XVIII prevalece com maior atenção o modelo da conversação mais do que a leitura. A oralidade, discussão de temas nas reuniões, indicam essa intenção.

²² Este termo, na linguagem portuguesa do século XVIII, designa um conjunto de gostos colectivos em matéria de traje, costumes, posturas, etc., ou seja atributos sociais que eram de “*bom tom*” adoptar para fazer parte da alta sociedade e imitar a corte. Trata-se de conjunto de cartas dirigidas a respeitável chefe de família vivendo na província, o qual para satisfazer o desejo do filho e da jovem nora, encara a hipótese de ir viver para a corte. O autor anónimo dessas cartas tenta dissuadi-lo da ideia, alertando-o para os inúmeros perigos que esperitam o jovem casal na sua chegada à capital, local de todas as tentações. Esta correspondência vai deste modo dar origem a uma série de situações “encenadas” em que o autor imagina a chegada do jovem casal enredado pelo turbilhão da moda, sob o olhar atento e amedrontado do pai, espectador impotente perante o esbanjamento da sua fortuna.

²³ Cf. *Cartas sobre Modas*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1789, pp. 66-67.

²⁴ Cf. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, *Escola de Policia ou tratado pratico de civildade portuguesa*, Lisboa, 1791, p. 139.

Somos remetidos para a noção de espaço privado, entendido como lugar íntimo de reunião, cuja organização depende dos donos da casa – e onde a mulher assume uma certa proeminência – de frequência sexualmente mista, em que a conversa, a dança, a música, a poesia e o jogo constituem as principais actividades.

A estas assembleias estavam frequentemente associadas outras situações: a mesa e o jogo, práticas que envolviam um complicado jogo de sinais e códigos entre os convivas.

A mesa é um capítulo exclusivo dos manuais de civilidade, com as suas regras próprias bem definidas. Incluem-se indicações sobre a disposição correcta dos vários objectos, o modo como se deve servir os alimentos e as bebidas.

Tudo se distinguia pelo cuidado posto na mesa; as comidas e as bebidas eram abundantes e requintadas, as mesas eram ornamentadas e dispostas com arte.

Oçamos de novo o nosso guia de 1789:

«Lembrando-me da magnificiência do jantar, devo advertir que adiantando-se, e aperfeiçoando-se a ciência dos cozinheiros, se introduziu o costume de se comporem as mesas com tal ordem, e simetria, que a variedade, delicadeza e perfeição das iguarias não só fosse agradável ao gosto, mas também à vista»²⁵.

O jogo, durante o século XVIII, começa a ser considerado um problema inquietante, enquanto "vício", até aí muitas vezes bem tolerado à elite. Encontrava-se como prática social distintiva, destacando-se como meio de expressão de hierarquia social:

«(...) Sendo muito necessária a doçura e a complacencia no jogo; ella vem a ser muito mais precisa ainda, quando se joga com as senhoras (...). Se houver ocasião em que se jogue com alguma Senhora da primeira grandeza; ou com outra Pessoa de grande carácter e com quem não tenha trato e amizade ou ainda com algum Príncipe será justo perder de proposito no jogo, pela mesma sujeição que traz consigo a perda que he igualmente hum tributo da sua propria grandeza, por mais igualdade que traga o jogo (...)»²⁶.

Aconselhavam-se de preferência os jogos que exigiam uma aprendizagem. Indicavam-se manuais de jogos e recomendava-se estudá-los com cuidado. Muitos caíram em desuso, outros são inventados, como indicam os títulos de alguns manuais: *Explicação do jogo do Ganaperde, que achando-se não só morto, mas sepultado no tumulo do esquecimento, se faz intelligível à 1^a nobreza para que esta lhe possa dar elementos com o seu grande espírito*, 1749, e *Novo Jogo Intitulado: o Disvelo, que, para exercício da entrepalia, inventou e dispoz, Francisco da Silva Cardozo, natural de Peronegro, Termo de Torres Vedras*, Lisboa, Off. Francisco Sabino dos Santos, 1777.

Toda esta literatura mundana gravita também em torno de personagens eleitas como modelos ou figuras-tipo: a senhora/mulher, o cavalheiro/homem, a menina/solteira, o criado, contextualizados socialmente e evidentemente conotados numa relação familiar: mãe, pai e filhos ou, numa estrutura social codificada, onde nos surgem os heróis, os anti-heróis, os jogos de sedução, as boas maneiras e a moral. Muitos são os exemplos onde se recorre com frequência aos diálogos entre homens e mulheres. As personagens representam quase sempre os mesmos papéis. De um lado as mulheres levianas, vaidosas e ociosas, do outro o homem prudente consciente dos bons costumes

²⁵ *Cartas sobre Modas*, Lisboa, 1789, p. 115.

²⁶ *Ibidem*.

e da tradição, enfim um mundo de descodificação das aplicações e transformações dos papéis sociais da época.

Se de um lado nos surgem os modelos, as referências:

– as crianças que crescem – muitos são os exemplos de conselhos e máximas sobre a educação da mocidade: «III. *Conselhos de hum pai a seus filhos, estando para entrar no Mundo*»; «IV. *Conselhos de hum pai a seus filhos para o seu estilo de viver*»²⁷, rapidamente nos damos conta de que esta personagem menino, ingressava bastante jovem na vida activa, cedo acedendo ao estatuto de cavalheiro e objecto de uma outra esfera da tratadística de comportamento social e da vida adulta;

– a presença feminina frequentemente privilegiada como protagonista: a filha solteira com os seus sonhos, as suas representações, a mulher casada, a mãe, a educadora, do outro lado, estas mesmas personagens reais surgem na ficção, as criadas (as eternas confidentes, denunciando situações de libertinagem) dão sempre bons enredos²⁸;

– a conhecida figura do peralta²⁹, “homem escandaloso no seu modo de viver”, frequentemente associado à cultura artificial do pedante: «... uns sábios incivis, teimosos que tem maior uso dos livros, que do mundo, mais estudo que descrição. O pedante gosta de mostrar sua sciência, expõem-na aos olhos dos ignorantes e interrompe a conversação mesmo para ostentar (...)»³⁰;

– a *sécia*, o tipo feminino que se constrói pela educação, assume uma postura socialmente trabalhada, envolvendo-se em ociosidade e futilidades denunciando já situações de mudança. Em muitos textos de cordel ela assume o papel de protagonista, embora lhe sejam dados para representar papéis transgressores.

Terá inevitavelmente a literatura de cordel através das suas histórias contribuído para a fixação de ideias sociais, assumindo um lugar privilegiado ao nível do imaginário colectivo.

Se houve de facto uma sociedade à qual se atribuiu a construção da realidade à percepção dos outros e ao conhecimento das percepções que os outros tiveram de si próprios foi a sociedade do século XVIII.

Reflexões

Em síntese, perante a temática aqui abordada, a grande questão de fundo remete inevitavelmente para o valor da representação (enquanto *mimesis*) e para a sua dimensão interpretativa presente em cada tipo de discurso.

O importante desta literatura que designamos como escritas de comportamento social é que permite estudos comparados muito interessantes. Se por um lado nos aparece uma discursividade normativa que corresponde a um ideal de quotidiano, e que pressupõe uma lógica de distinção social, surge-nos por outro um conjunto de

²⁷ *Conselhos e Máximas sobre a Educação da Mocidade para saber-se conduzir sabiamente no Mundo*. Traduzidas do Francez em vulgar (...), Lisboa, 1785, pp. 126-139.

²⁸ O autor de *Cartas sobre Modas* descreve o alcance das impertinências das senhoras criadas, vítimas directas deste rol de queixas. Cf. *op. cit.*, p. 39.

²⁹ Consulte-se: Marta Pinhal Neves Salazar Norton, *Espelho de Vaidades: O peralta e a moda na literatura de cordel Portuguesa (1781-1800)*, Porto, s.n., 2000.

³⁰ Cf. *A Escola dos Bons Costumes ou Reflexões moraes e históricas (...)*, t. 3, pp. 78 e 85.

textos que, igualmente baseados na “memória”, na “repetição” ou nas expressivas “lições de moral”, obedecem a esquemas didáticos e fórmulas que facilitam a integração dos destinatários (ouvintes e leitores) no contexto de enunciações.

Os *topoi* apresentados privilegiando a vida quotidiana são um facto literário com dimensão histórica precisa, permitindo a análise das mentalidades e da consciência colectiva, traduzindo costumes e ideologias que poderão facultar a interpretação das condições históricas e socio-culturais em que os textos foram produzidos.

Entre o conformismo e a contestação, entre a tradição e a mudança, ambos os discursos funcionam como “enciclopédias” de saberes vários, alguns estranhos ao mundo *moderno*, outros permanentes porque próprios da condição humana.

Por tudo isto podemos concluir que o sucesso editorial deste tipo de literatura não foi portanto gratuito nem muitos dos seus textos foram inocentes. No meio dos diferentes interesses do público e dos autores, das exigências das autoridades, não sobrava espaço nem tempo para a qualidade literária. Porém estes cumpriram magnificamente os seus objectivos: encenar um quotidiano com a troca de mensagens entre “actores” sociais.

Bibliografia**Fontes /Edições****Manuais de Civilidade do século XVIII impressos em Língua Portuguesa: originais portugueses, traduções do Castelhana, Francês e Italiano**

ALMEIDA, Francisco José de

1791, *Tratado de Educação Física dos Meninos, para uso da nação portuguesa*, Lisboa, Of. Academia Real das Ciências.

ARMENDARIZ, D. Miguel

1746, *Modo Cristão, Político e Cortesão de bem jogar o Reversimo*, trad. do Castelhana por autor desconhecido, Lisboa, Régia Of. Silvano e da Academia Real.

1760, *Arte de Galanteria*, Lisboa, Ivan de la Costa.

1782, *(O) Amigo do Príncipe e da Pátria ou o bom cidadão*, trad. do francês por autor desconhecido, Lisboa, Typ. Rollandiana.

BARRETO, Luiz Carlos Moniz

s/d, *Tratado da Educação Física e Moral dos Meninos de ambos os sexos*, Lisboa, Off. da Academia das Ciências.

BEAUMONT, Jeanne Marie Leprince

1785, *Tesouro de Adultos ou diálogos entre uma sábia mestra com suas discípulas*, trad. do francês por Joaquim Inácio de Frias, Lisboa, Of. Simão Tadeu.

BEAUMONT, Jeanne Marie Leprince

1797, *Tesouro de Meninos ou diálogo entre uma sábia aia e suas discípulas*, trad. do francês por Joaquim Inácio de Frias, Lisboa, Régia Of. Typ.

BELGARDE, Jean Baptiste Marvande

1734, *Modelo de Conservação para as pessoas polidas e curiosas*, I tomo, trad. do francês por Francisco Ferram de Castelo Branco, Lisboa, Pedro Ferreira.

BOTELHO, Luiz de Vasconcellos

1768, *Breve Tratado do Jogo do Whist, que contem as leis do jogo, e algumas regras, pelas quaes se pode conseguir o jogá-lo bem. Adicionado com duas calculaçõens: huma sobre as apostas em qualquer ponto do jogo; e outra para dar a conhecer ao parceiro huma, e mais certas cartas*. Traduzido da Língua Inglesa na Portuguesa por..., Lisboa, Of. Joseph. da Silva Nazareth (2.^a ed., Lisboa, Typ. Rollandiana, 1818).

CASA, Giovanni della

1756, *O Galateo ou o Cortesão*, trad. do italiano por Francisco Xavier Magalhães, Lisboa, Of. Silvano e da Academia Real.

1789, *Cartas sobre Modas*, Lisboa, Typ. Rollandiana.

1785, *Conselhos e Máximas sobre a Educação da Mocidade para saber-se conduzir sabtamente no Mundo*. Traduzidas de Francez em vulgar. Obra indispensável aos Pais, e Mais, como a todos aquelles, que são encarregados da educação de meninos, Lisboa, Of. Lino Silva Godinho.

COSTA, Afonso de

1716, *Methodo de Bom viver; L'Itinerario Chribtam*, Lisboa, Off. de Joseph Lopes Ferreira.

COSTA, José Daniel Rodrigues da

1786, *Ópios que dão aos Homens, e as Senhoras na Cidade de Lisboa huns aos outros, tirados da experiência do author*, Lisboa, Of. Simão Thadeo Ferreira.

1758, *Documentos Importantíssimos de um Pai a um Filho, para bem viver e bem acabar*, Lisboa, s.i.

FRANCO, Francisco de Melo

1790, *Tratado de Educação Física dos Meninos, para uso da nação portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de

1722, *Nova Escola de Aprender a Ler*, Lisboa.

GRANADA, Frei Luís de

1779, *Regras da Vida Virtuosa tiradas e traduzidas por memorial da vida cristã de Frei Luís de Granada*, trad. do Castelhana por autor desconhecido, Lisboa, Of. de Francisco Arneiro.

L. M. C.

1790, *Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos*, trad. do francês por Luís Carlos Moniz Barreto, Lisboa, Academia Real das Ciências.

MORGANTI, Bento

1765, *Aforismos Morais e Instrutivos, úteis a todo o género de pessoas nos quais se acham documentos necessários para a boa instrução da vida civil e cristã*, Lisboa, Off. Manuel Coelho Amado.

MORGANTI, Bento

1758, *Breves Relexões Sobre a Vida Ecomónica, a qual consiste nos casamentos, na criação e educação dos filhos (...)*, Lisboa, Of. J. Costa Coimbra.

OSAN, José Maregelo de

Palestra Admirável, consersação proveitosa e notícia universal do Mundo, Distribuída por numeros e semanas. Para empregados da ociosidade, desterro de melancolia e lição para recrear e instruir a todo o estado de pessoas, Lisboa, Off. Francisco Borges de Sousa.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de

1787, *Aviso ao Povo ou Summario dos Preceitos mais importantes, convervantes à criação das crianças, às diferentes Profissões e Offícios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercício, ao ..., aos Vestidos, à Intemperância, à Limpeza, ao Contágio, às Paixões, às Evacuações regulares etc, que se devem observar para prevenir as enfermidades conservar a saúde prolongar a vida*, Lisboa.

PRÉVOST, Abade

1777, *Elementos de Civilidade e Decência que se pratica entre gente de bem. Para instrução da mocidade de ambos os sexos*, trad. do francês por José Vicente Ribeiro.

PRÉVOST, Abade

1788, *Elementos da Civilidade e da Decência, para instrução da mocidade de ambos os sexos, traduzidos do Francez em vulgar (...)*, Lisboa, Typografia Rollandiana.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina

1734, *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre (...)*, Lisboa, José António da Silva.

1783, *Regras para a Cristã Educação dos Meninos*, Lisboa, Of. Tip. Régia.

(LA) SALLE

1703, *Regras de Bom Comportamento e da Civilidade Cristã (...)*.

SIQUEIRA, João de Nossa Senhora de Porta

1791, *Escola de Política ou Tratado Prático de Civilidade Portuguesa*. Com regras e o exemplo do estilo epistolar, Porto, António Álvares Ribeiro.

1767, *Tratado dos Principaes Fundamentos da Dança*. *Obra muito útil, não somente para esta mocidade que quer aprender a dançar bem, mas inda para fazer as pessoas honestas e polidas as quaes ensina as regras para bem andar, saudar e fazer todas as cortezias que convem em as assembleias adonde o uso do mundo a todas chama*, Offererecido a toda a Nobreza Portuguesa por Natal Jacome Bonem, mestre de dança, Coimbra, Officina dos irmãos Ginhoens.

1790, *Tratado sobre a Igualdade dos Sexos ou elogio do merecimento das mulheres (...)* por hum amigo de razão, Lisboa, Off. Patr. de Francisco Ameno.

s/d, *Traças de Ganbar Dinheiro e Regras de Cortesia e de guizar várias iguarias em embrião*, Catalunha, Imp. de F. Guevarz.

VASCONCELLOS, João Rosado de Villalobos

1786, *Elementos de Polícia Geral de hum Estado* (Traduzido do francês), Lisboa.

VASCONCELLOS, João Rosado de Villalobos

1782, *O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade*, Lisboa, Typ. Rollandiana.

VILLENEVVE, Jeanne Rosseau de

1767, *A Aia Vigilante ou reflexões sobre a educação dos meninos*, Lisboa, Of. Ant. Vicente da Silva.